

## Referências

ALVES, C. S.; ANDRÉ, E. D. A. **A constituição da profissionalidade docente: os efeitos do campo de tensão do contexto escolar sobre os professores.** In: ANPED, 36ª, 2013. Goiânia, GO. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt08\\_trabalhos\\_pdfs/gt08\\_2640\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt08_trabalhos_pdfs/gt08_2640_texto.pdf) . 2012>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ASSUNÇÃO, O. H. G. ; FALCÃO, R. O. **O coordenador pedagógico e a formação continuada de professores: uma pesquisa-ação no município de Fortaleza.**In: ANPED, 37ª, 2015. Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT08-3706.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

AUGUSTO, M. H. **Política de resultados e avaliação de desempenho: efeitos da regulação educativa sobre carreira e remuneração.**In: ANPED, 36ª, 2013. Goiânia, GO. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt05\\_trabalhos\\_pdfs/gt05\\_29\\_26\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_29_26_texto.pdf) . 2012>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. CAPES. **Relatório de gestão 2009-2014 da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. 2015.** Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818\\_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. INEP. **Relatório Pedagógico do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. 2009-2010.** Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/relatorios\\_pedagogicos/relatorio\\_pedagogico\\_enem\\_2009\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2009_2010.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. INEP. **Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.** Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/edital/2012/edital-enem-2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2012/edital-enem-2012.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** 2012 – Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866)>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso: 18 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto n.º 6755. **Institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da Educação Básica.** 2009.

Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FERREIRA, D. L. **A relação entre OCDE e a política de formação docente brasileira.** In: ANPED, 35ª 2012. Porto de Galinhas, PE. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT08%20Trabalhos/GT08-2190\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT08%20Trabalhos/GT08-2190_int.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GIOVINAZZO-JR, C. A. **Formação no Ensino Médio, escola e juventude: Preparar para quê?** In: ANPED, 37ª, 2015. Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-3998.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

KUENZER, A. Z. - **Conhecimento e competências no trabalho e na escola.** 2013. Disponível em:<[http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1367257356\\_2011-11-31%20AcaciaZeneidaKuenzer\\_Conhecimento\\_%20e%20Competencia\\_no\\_Trabalho\\_e\\_na\\_Escola.pdf](http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1367257356_2011-11-31%20AcaciaZeneidaKuenzer_Conhecimento_%20e%20Competencia_no_Trabalho_e_na_Escola.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

LIMA, I. G.;GANDIN, L. A. **Ciclo de Políticas:** focando o contexto da prática na análise de políticas educacionais.In: ANPED, 35ª., 2012. Porto de Galinhas, PE. Disponível em:<[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1943\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1943_int.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LOSS, A. S. **A autoformação no processo educativo e formativo do profissional da educação .** In: ANPED, 37ª, 2015. Florianópolis, SC. Disponível em:<<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT08-3479.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NÓVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo.** São Paulo: Sindicato dos professores de São Paulo- Sinpro-SP. Disponível em: <[http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto\\_novoa.pdf](http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIBEIRO, V. M. **Que princípio de justiça para a Educação Básica?** Uma discussão à luz de abordagens que relacionam justiça e escola.In: ANPED, 36ª, 2013. Goiânia, GO. Disponível em:<[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt14\\_trabalhos\\_pdfs/gt14\\_3188\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_3188_texto.pdf)> . Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA, A. L. **O Ensino por competências no México e o papel dos organismos internacionais.** In: ANPED, 37ª, 2015. Florianópolis, SC. Disponível em:<<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT09-3492.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

### 3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

HACK, Cássia<sup>8</sup>

HACK, Leni<sup>9</sup>

COSTA, Maria da Conceição dos Santos<sup>10</sup>

**RESUMO:** Este texto aponta para a configuração atual nos processos de formação de professores em Educação Física na região Norte do Brasil, a partir de um panorama dos Cursos de Educação Física com os dados da realidade colhidos nos órgãos oficiais do governo (*e-mec* e na Plataforma Sucupira) no ano de 2017, subsidiados por uma pesquisa bibliográfica e documental. Estes dados apontam que a configuração da formação de professores em Educação Física na Região Norte do Brasil tem ganhado potencialidade com a expansão do ensino superior por via da mercantilização/privatização da educação. Concluímos que a fragmentação da profissão expressa no desenvolvimento de cursos de licenciatura e bacharelado tem contribuído para o avanço do capital a partir da criação de novos cursos, nas modalidades à distância e presenciais no campo de instituições privadas de ensino superior.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Educação Física; Mercantilização; Região Norte do Brasil

#### Apresentação

Este texto apresenta um estudo sobre a configuração atual no campo da formação de professores em Educação Física na Região Norte do Brasil e problematiza o avanço da mercantilização no campo da educação superior, em destaque desta área/campo de atuação na sociedade contemporânea. A questão problema que orienta este trabalho partiu da necessidade de compreender como se apresenta configurada a formação inicial de professores em Educação Física na Região Norte do Brasil.

Especificamente para este artigo, a lógica de exposição consiste em apresentar dados concretos de uma realidade objetiva, no modo de produção capitalista do século XXI, cujos elementos conjunturais implicados em cada um deles, são problematizados pelas interfaces do mundo do trabalho bem como pela disputa de projetos societários

---

<sup>8</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bolsista Programa de formação doutoral docente – CAPES/UNIFAP. [cassia.hack@gmail.com](mailto:cassia.hack@gmail.com)

<sup>9</sup> Professora Adjunta na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGEDU/UFRGS. [hackleni@gmail.com](mailto:hackleni@gmail.com)

<sup>10</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFPA. [concita.ufpa@gmail.com](mailto:concita.ufpa@gmail.com)

que implicam nas concepções de formação e atuação do profissional de Educação Física, alguns apontamentos no tom de desafios e proposições.

Metodologicamente, este estudo se estrutura com base na pesquisa bibliográfica e documental, a partir da abordagem crítico-dialética (GAMBOA, 2012), apresentando dados estatísticos sobre o avanço do capital e suas estratégias de dominação para com o campo da formação de professores.

Coadunamos que esta abordagem aponta “uma teoria do conhecimento, uma filosofia [...] e uma forma de relacionar o sujeito e o objeto do conhecimento e anunciamos uma visão de mundo [...]” (GAMBOA, 2012, p. 50). Este estudo pretende contribuir com o percurso da sistematização do conhecimento no tocante a formação de professores em Educação Física com um recorte geográfico para a região Norte do Brasil.

De acordo com Jacob (2010, p. 482) a reforma do Estado implementada na década de 1990 até os dias atuais apresenta a centralidade na redefinição do papel do Estado que de um lado se apresenta como:

Estado democrático e republicano como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos, ao mesmo tempo em que ele é desmantelado, em função do reforço darwiniano do mercado, procurando, a qualquer custo, a manutenção dos lucros.

Este cenário avança para abrangência dos processos de privatização e terceirização do ensino superior, reduzindo “a presença do Estado tanto na área produtiva, quanto na área social” (JACOB, 2010, p. 482).

Como um dos desdobramentos desse processo, consideramos o avanço da mercantilização do ensino superior e um falseamento da realidade educacional sobre as condições de acesso e permanência ao ensino superior da classe trabalhadora.

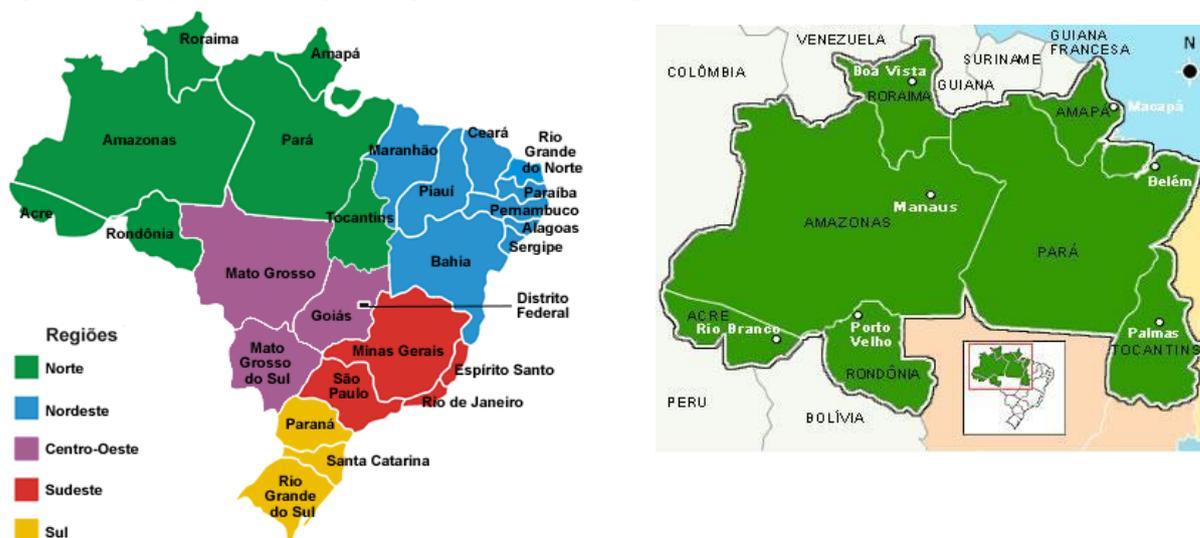
O campo da Educação Física sofre interferências imediatas da crise estrutural do capital, como é o caso da regulamentação da profissão (Lei 9696/98), que explora e aguzada o campo do trabalho, já que regulamenta a profissão e não o trabalho, seja pela precarização do trabalho, limitação do campo de atuação, aumento do desemprego estrutural e captura da subjetividade docente no que tange a sedução pelo mercado do *fitness* e a lógica empreendedora, pelo *status* de *personal trainer* e a figura do empreendedor do campo da atividade física e saúde, aspectos que contribuem com a subsunção do trabalho ao capital.

Reconhecemos na prática do chão da história, a possibilidade de desenvolver e defender um projeto de sociedade que implica no (re)conhecimento da teoria, das ferramentas, táticas e estratégias necessárias para alcançá-lo, nos diferentes âmbitos da prática social.

Organizamos a exposição em três momentos: i) esta apresentação; ii) a discussão apontando os dados nacionais e da região Norte acerca da formação de professores em Educação Física; e, encetamos iii) considerações finais, contudo, em caráter provisório.

### Dados nacionais e do Norte do Brasil acerca da formação de professores em Educação Física

A região Norte do Brasil é composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, nos quais temos uma população de 17.707.783 habitantes (IBGE, 2016) numa área de 3.869.637,9 Km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 4,6 habitantes/Km<sup>2</sup>. Constitui-se numa região peculiar no que diz respeito aos aspectos geopolíticos, sócio-antropológicos, culturais e educacionais. Assim, nosso estudo precisa considerar os limites regionais, a complexidade da região amazônica e as problematizações relacionadas entre o particular e o geral, principalmente no que se refere às políticas educacionais e a presença da Universidade, enquanto espaço de formação de professores na região norte.



Fonte: Imagens disponíveis em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>

No Brasil, são 1709 cursos de formação inicial em Educação Física nos graus de licenciatura e bacharelado, destes 1462 são ofertados na modalidade presencial e 247 a

distância, sendo 265 cursos públicos e 1444 privados. Quanto à licenciatura, são 786 cursos de licenciatura em Educação Física na modalidade presencial e 153 a distância, totalizando 939 cursos de licenciatura, sendo destes 180 cursos em instituições públicas e 759 nas instituições privadas. Quanto ao bacharelado são 770 cursos no total, sendo 676 na modalidade presencial e 94 à distância, 85 em instituições públicas e 685 em instituições privadas. Estes dados estão distribuídos no quadro 1.

**QUADRO 1 – TOTAL DE CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL**

GRATUIDADE	LICENCIATURA		TOTAL	BACHARELADO		TOTAL	Total Geral
	PRESENCIAL	DISTÂNCIA		PRESENCIAL	DISTÂNCIA		
PÚBLICA	160	020	80	085	00	85	265
PRIVADA	626	133	59	591	94	85	444
<b>TOTA</b>	<b>786</b>	<b>153</b>		<b>676</b>	<b>94</b>		
<b>L</b>			<b>39</b>			<b>70</b>	<b>709</b>

Fonte: Compilação autoral de dados do sítio do *e-mec* disponível em <http://emec.mec.gov.br/> Acesso 07 maio 2017

Em termos percentuais, quanto ao grau são 45% de cursos de Bacharelado e 55% de cursos de Licenciatura. Quanto à modalidade, 91% aproximadamente são cursos presenciais e 9% à distância. Quanto à gratuidade, aproximadamente 15 % são da esfera pública e aproximadamente 85% são da esfera privada. Observa-se que a oferta de curso no grau de bacharelado na modalidade a distância é 100% na esfera privada e, na modalidade presencial, 87% de cursos na esfera privada e 13% na esfera pública. Quanto ao grau de Licenciatura na modalidade à distância, são 133 Cursos privados (87%) e 20 Cursos públicos (13%). Na modalidade presencial, são 626 Cursos de Licenciatura privados (80%) e 160 Cursos públicos (20%).

Compreendemos que a formação de professores na fase inicial deve ter o caráter presencial em sua totalidade, pela característica deste tempo formativo e pelo que defendemos para a formação de professores, pois é esta fase que instrumentaliza, qualifica o professor para o acesso e domínio de conhecimentos, habilidades (CAMARGO *et al.*, 2012) que darão suporte necessário para o exercício do trabalho docente no espaço escolar e não – escolar.

Os cursos à distância promovem um aligeiramento do processo de formação, a negação do conhecimento necessário para instrumentalizar e qualificar o trabalho nos espaços sociais da sociedade, não desenvolve o ensino-pesquisa-extensão, tripé

necessário para a constituição de experiências formativas na fase inicial da formação de professores.

Jacob (2010, p. 495) nos ajuda a compreender o processo acelerado de expansão do ensino superior privado no Brasil. De acordo com a autora, “[...] o discurso prepotente de que o mercado é bom empreendedor e que a privatização deve ser o dogma central a ser adotado” toma conta do processo de mercantilização da educação superior.

Segundo a autora supracitada, desde 2007, o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro vem adquirindo novas adjacências. Surgindo um intenso movimento de compra e venda de Instituições de Ensino Superior no setor privado.

Além das fusões, que têm formado gigantes da educação, as “empresas de ensino” agora abrem o capital na bolsa de valores, com promessa de expansão ainda mais intensa e incontrolável. São quatro as empresas educacionais que mais se destacam nesse mercado de capitais: a Anhanguera Educacional S.A., com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, com sede em São Paulo. É importante ressaltar que grande parte do capital dessas empresas é oriunda de grupos estrangeiros, em especial, de bancos de investimentos norte-americanos, que encontraram, nesse setor, um mercado muito favorável ao aumento de seus lucros (JACOB, 2010, p. 491).

Os elementos apontados acima nos subsidiam a compreender o avanço da mercantilização/privatização na formação de professores em Educação Física no Brasil, conforme expressa o quadro 01. E por outro lado, o desmonte da Universidade pública, com a falta de investimentos para o campo do ensino, pesquisa e extensão nas instituições públicas, a precarização e intensificação do trabalho docente em expansão, especificamente sobre as condições e modos de trabalho, ausência de investimentos para o campo da pesquisa em virtude da ampliação de oferta de cursos à distância, que diminui e intensifica o trabalho docente, avançando sob as diretrizes do capital, por consequência capitalizando o conhecimento humano.

Destacamos os quantitativos e sua distribuição na região Norte que oferta 10% dos cursos de âmbito nacional. São 75 cursos de Licenciatura presencial (30 privadas e 45 públicas), 30 a distância (27 privadas e 3 públicas), 45 cursos de bacharelado presencial (26 privadas e 19 públicas) e 16 a distância (privadas). A distribuição destes cursos no recorte regional dá-se conforme os dados constantes no Quadro 2.

**QUADRO 2 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM CADA REGIÃO**

REGIÃO	MODALIDADE A DISTÂNCIA				MODALIDADE PRESENCIAL				TOTAL CURSO REGIAO	%
	BACHARELADO		LICENCIATURA		BACHARELADO		LICENCIATURA			
	UB	RIV	UB	RIV	UB	RIV	UB	PRIV		
NORTE	0	6	3	27	9	26	45	030	166	0
NORDESTE	0	2	5	38	4	95	52	068	304	18
C. OESTE	0	6	5	22	6	51	15	055	170	10
SUL	0	3	1	22	7	12	19	111	295	17
SUDESTE	0	7	6	24	9	07	29	362	774	45
<b>TOTAL</b>	0	4	0	33	5	91	60	626	1709	100

Fonte: Compilação autoral de dados do sítio do *e-mec*. Disponível em <[emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)> acessado em 07 maio 2017.

No destaque para a região Norte, temos a distribuição dos cursos de graduação, por estado, apontando modalidade, grau, gratuidade do curso, conforme o Quadro 3.

**QUADRO 3 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA REGIÃO NORTE POR ESTADO**

ESTADO	MODALIDADE A DISTÂNCIA				MODALIDADE PRESENCIAL				TOTAL CURSO ESTADO	%
	BACHARELADO		LICENCIATURA		BACHARELADO		LICENCIATURA			
	PUB	PRIV	UB	PRIV	PUB	PRIV	PUB	PRIV		
AC	00	02	00	03	01	02	01	02	11	7
AM	00	03	00	05	18	06	29	07	68	41
AP	00	02	01	03	00	01	01	02	10	06
PA	00	02	00	05	00	07	07	06	27	16
RO	00	02	00	04	00	07	01	06	20	12
RR	00	02	01	03	00	01	02	00	09	05
TO	0	03	01	04	00	02	04		21	13
<b>TOTAL</b>	0	16	03	27	9	26	45	30	166	100

Fonte: Compilação autoral de dados do sítio do *e-mec* disponível em <[emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)> acessado em 07 maio 2017.

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que oferecem cursos de Educação Física na modalidade de Educação a distância são as que hospedam o curso da Universidade de Brasília – UnB ou da Universidade Aberta do Brasil – UAB, ambas as formas com dinâmicas de funcionamento à parte da IES local; pagamento dos

professores feitos por bolsas para além da sua jornada de dedicação exclusiva na IES, normalmente, com a interveniência de fundações privadas; tutores acompanhando os alunos pela internet; alguns encontros presenciais, enfim um ambiente diverso do cotidiano universitário. Observa-se que a Indústria da Educação Privada tem predominância das mesmas instituições nos diferentes estados do Norte com sua tônica voltada para a licenciatura presencial, à distância e os bacharelados.

Estamos apontando dados quantitativos dos cursos de educação física, em grau, modalidade e gratuidade. Não temos neste levantamento os projetos políticos pedagógicos dos cursos (PPP), em virtude do recorte estabelecido nesse momento, assim, não podemos apontar qual é a concepção de ser humano, de escola, de formação, de sociedade, para qual modo de produção estes estudantes estão sendo formados.

No entanto, Alves (2015) em sua tese fez apontamentos acerca destas concepções nos projetos de formação de algumas IES, conforme os PPP a que teve acesso, durante seus estudos. Neste levantamento de dados sobre a formação inicial temos como constatar o elevado número de cursos a distância e presencial das licenciaturas privadas e de bacharelados que exprimem uma concepção de mundo.

De acordo com Silva *et al.* (2009, s/p) a ampliação da oferta no ensino superior em Educação Física decorre de que este é um campo acadêmico-profissional em expansão, o que caracteriza a comercialização da formação superior. Para os autores, “as práticas corporais, direta ou indiretamente, também se constituem em um nicho de mercado em expansão, com todas as contradições aí implicadas”. As práticas corporais enquanto corporalidade construída pela humanidade e que possui aspectos históricos da construção do homem e sua relação com o campo do trabalho vem sendo subsumida à lógica do capital pelos processos de mercantilização que são postos na sociedade.

Neste cenário, Silva *et al.* (2009) em seu estudo apresenta a hipótese no que tange ao atendimento da formação e intervenção profissional com as práticas corporais “de que as dicotomias e dualidades, tais como teoria e prática, licenciatura e bacharelado, trabalho mental e manual, foram se acirrando, com uma fragmentação do campo e conseqüente no reducionismo na concepção de ser humano”, o que agrava a construção da identidade da Educação Física enquanto um campo de conhecimento e atuação profissional.

Sobre a expansão do ensino superior, Jacob (2010, p. 483) destaca também que a privatização/mercantilização vem acentuando este nível de ensino tanto por meio da

diversificação institucional e a expansão, pela via do setor privado, o que decorre “[...] na formação de oligopólios, no ensino superior privado, com a criação de redes de empresas por meio da compra e (ou) fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores”, como já apontado anteriormente.

A seguir apresentamos três quadros demonstrativos, com os dados referentes aos cursos e programas de mestrado e doutorado, no âmbito de mestrados acadêmicos e profissionais, por região e um quadro comparativo com as demais regiões do país, que nos permitem analisar as diferenças quantitativas entre tais modalidades, em termos de ofertas e possibilidades de acesso, de acordo com as particularidades regionais.

**QUADRO 04 – CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO, NA ÁREA DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, NO BRASIL RECONHECIDOS PELA CAPES**

NOME	Total	Total de Programas de Pós-Graduação				ME/DO	Total de Cursos de Pós-Graduação			
		ME	DO	MP	Total		ME	DO	MP	
EDUCAÇÃO FÍSICA FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL	37	13	0	2	22	59	35	22	2	
FONOAUDIOLOGIA	20	11	0	0	9	29	20	9	0	
	10	3	0	1	6	16	9	6	1	
<b>Totais</b>	<b>67</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>37</b>	<b>104</b>	<b>64</b>	<b>37</b>	<b>3</b>	

Legenda: ME: Mestrado Acadêmico - DO: Doutorado - MP: Mestrado Profissional - ME/DO: Mestrado e Doutorado

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf;jsessionid=VUttqziUnGMudIp9UFSsOuiP.sucupira-213?areaAvaliacao=21>. Acesso em 29/09/2017

Quanto aos dados acerca dos cursos de Pós-Graduação no Brasil e na região Norte, consideramos como fonte primária o sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, ali podemos perceber que a região Norte tem um expressivo número de cursos de Pós-Graduação, contudo, registramos que nenhum destes cursos é da área de Educação Física.

**QUADRO 05 – CURSOS DE MESTRADO/DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL POR REGIÃO – AVALIADOS PELA CAPES**

Região	Estado	Mestrado Profissional	Mestrado	Mestrado/Doutorado	TOTAL
Sul	PR	1	1	2	4
	SC	-	-	2	2
	RS	-	1	2	3
Sudeste	ES	-	-	1	1
	MG	-	1	2	3

	RJ	-	1	2	3
	SP	1	3	8	12
Centro Oeste	DF	-	-	2	2
	MT	-	1	-	1
Nordeste	MA	-	1	-	1
	PE	-	2	1	3
	RN	-	1	-	1
	SE	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>02</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>37</b>

Fonte: compilação do site da CAPES disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=21&areaConhecimento=40900002> Acesso em 29 set. 2017

O quadro acima é sintomático em relação à oferta de cursos de pós-graduação em Educação Física no Brasil, pois a maior concentração encontra-se na região sudeste, seguida da região sul e região nordeste, apenas dois estados da região Centro-Oeste possuem cursos na área específica. Isso implica no deslocamento de profissionais que atuam na região norte do país, da referida área do conhecimento, para outras regiões do Brasil, caso tenham o interesse na qualificação *stricto sensu* em nível de mestrado e/ou doutorado nesta área específica, de Educação Física. Tal deslocamento configura-se pela reorganização da vida acadêmica, profissional e familiar destes estudantes.

Temos a seguir o quadro que apresenta a disponibilidade dos diversos cursos e programas de pós-graduação ofertados na região norte. Registramos que há cursos, de mestrado e doutorado, reconhecidos pela CAPES, nas áreas da Educação (Educação, Educação e Cultura), Saúde (Saúde Coletiva, Ciências da Saúde, Fisiologia), e Interdisciplinar (Sociais e Humanidades, Saúde e Biológicas) em que os professores de Educação Física podem seguir com sua formação *stricto sensu*.

**QUADRO 06 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA REGIÃO NORTE**

UF	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	ME	DO	MP	ME/DO	Total	ME	DO	MP
AC	10	6	0	1	3	13	9	3	1
AM	62	31	1	9	21	83	52	22	9
AP	7	5	0	1	1	8	6	1	1
PA	115	44	3	25	43	159	88	46	25
RO	15	8	0	4	3	19	11	3	5
RR	14	9	0	3	2	16	11	2	3
TO	25	14	0	6	5	30	19	5	6
Totais	248	117	4	49	78	328	196	82	50

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoUf.jsf?cdRegiao=1> Acesso em 29 set. 2017

Segundo o Relatório de Avaliação Trienal 2013 feito pela CAPES, o Sistema Nacional de Pós-Graduação teve crescimento de aproximadamente 23% no último triênio. O desenvolvimento do sistema se deu em todas as regiões do Brasil. Na região Norte foi registrado o maior crescimento de cursos de mestrado e doutorado, 40%, seguida pelo Centro-Oeste com 37% e Nordeste com 33%. Sul e Sudeste, regiões com maior número de programas de pós-graduação, tiveram crescimento de 25% e 14%, respectivamente.

O quadro com os dados da realidade concreta no Norte brasileiro relacionado à Educação Física apresenta-se com aspectos da formação inicial e continuada, restritivos. Na formação inicial com a elevada oferta de cursos na esfera privada e a expressiva quantidade na modalidade à distância. Na formação continuada, percebemos a inexistência de cursos *stricto sensu*.

### **Considerações provisórias**

A configuração da formação de professores em Educação Física na Região Norte do Brasil tem ganhado potencialidade com a expansão do ensino superior por via da mercantilização/privatização do ensino, que implica, necessariamente, no direcionamento de concepção de formação, de educação e de mundo, passível de um estudo mais aprofundado para compreender as implicações deste contexto.

Dados apresentados neste texto revelam que a fragmentação do processo de formação em cursos de licenciatura e bacharelado tem contribuído, com o avanço do capital, para o surgimento de cursos à distância e presenciais no campo de instituições privadas de ensino superior. Podemos afirmar também que o campo da Educação Física recebe as interferências do modo de produção atual e, por consequência da crise estrutural do capital, como por exemplo, a regulamentação da profissão, que é mais uma estratégia do modo de produção capitalista, que impõe limites para a formação e para atuação profissional, sem regulamentar o trabalho.

O mercado do *fitness* tem sido utilizado como mecanismo de manipulação para atração e sedução dos sujeitos históricos que apresentam interesse na formação de professores em Educação Física no ensino superior. A não compreensão sobre o campo do trabalho em espaços não-escolares e a captura da subjetividade em relação a lógica

empreendedora do campo da atividade física e saúde, vem conduzindo aspectos para a subsunção do trabalho em Educação Física ao capital.

Apontamos a necessidade e defesa da formação ampliada para os cursos de formação de professores em Educação Física, entendendo o trabalho enquanto categoria central do processo formativo, um direito da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005) e a necessária *reconceptualização* dos projetos pedagógicos de cursos da Região Norte e demais regiões do Brasil, que fundamentem e implementem a formação unificada, enquanto um direito ao trabalho dos professores de Educação Física para o campo de atuação escolar e não-escolar.

Compreendemos que a formação de professores deve ser considerada como um percurso de formação de sujeitos, expressa por Martins (2010, p. 14), na qual há intenção e planejamento para a efetivação de uma determinada prática social na sociedade contemporânea.

Ao assumirmos a referida prática como objeto de análise, observando que não estamos nos referindo à “prática” de sujeitos isolados, mas à prática do conjunto dos homens num dado momento histórico, deparamos com uma tensão crucial: a contradição entre o *dever ser* da referida formação e as possibilidades concretas para sua efetivação.

A formação de professores no campo da Educação Física, representa o tempo formativo para o acesso ao conhecimento, debates, instrumentalização, articulação teoria/prática para a construção do trabalho docente, quer seja no espaço escolar e não-escolar, compreendendo a docência como ação central do trabalho nos diferentes contextos de atuação profissional em Educação Física. E que esta formação deva se materializar nos espaços formativos públicos, nas Universidades públicas de modo a contribuir com o mundo do trabalho e na construção de uma sociedade para além do capital, como pondera Meszaros (2005).

Em termos de desafios para o contexto atual, temos o debate e o embate no Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Educação Física (DCN's), aprovando DCN's que dêem conta da formação ampliada ou unificada, impondo uma derrota ao modo de produção capitalista que divide e fragmenta, não só o conhecimento que possibilita uma intervenção profissional qualificada nos diferentes campos de atuação, mas divide a classe trabalhadora que perde de vista quem é o inimigo da classe. Compreender que a

regulamentação da profissão é mais uma estratégia do modo de produção capitalista, que impõe limites para a formação e para atuação, sem regulamentar o trabalho. Se não, vejamos o *modo operandis* do Sistema CONFEF/CREF: quem se beneficia da sua existência? Quem controla o Sistema? Quais são as suas regulamentações internas? Quais são as pautas de defesa do trabalhador?

Para esse enfrentamento, apresentamos algumas proposições pertinentes, necessárias e possíveis de serem desenvolvidas coletivamente, em defesa da perspectiva da formação ampliada/unificada com a reconceptualização nos PPP's dos cursos de graduação enquanto possibilidade tratar cientificamente a formação de professores; fortalecer o Fórum das Licenciaturas Ampliadas e o Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Educação Física (MNCR); fortalecer as Universidades Públicas e sua Autonomia, os grupos de pesquisa no sentido da produção do conhecimento no âmbito local, bem como criar uma rede de grupos do Norte do Brasil, para incidir na formação das novas gerações de professores de Educação Física, para compreensão do sentido existente no trato do conhecimento – a cultura corporal, a partir da intervenção pedagógica, em qualquer espaço ou campo de atuação.

Tratar dos problemas da precarização do trabalho docente na região Norte do Brasil é envolver-se nos organismos da Classe Trabalhadora para fortalecer a luta, pois a precarização do trabalho faz parte do modo de produção capitalista, que tem a sua lógica de funcionamento, portanto, a necessidade de incidir fortemente na formação qualificada para que a classe possa ter acesso aos clássicos, ao conhecimento científico e, portanto, ter uma formação que faça o ser humano avançar no processo de humanização.

## Referências

ALVES, M. S. Formação de professores e crise estrutural do capital: a necessidade histórica de uma formação para a transição de modo de produção e reprodução da vida. 2015. 350 f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2015.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BRASIL. CAPES. [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br) Acesso 29/09/2017.

BRASIL. CAPES. Relatório de Avaliação da CAPES triênio 2013. Disponível em <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/> Acesso 28/10/2014.

BRASIL. MEC. [www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br). Acesso 07/05/2017.

CAMARGO, A.; FERREIRA, D. L.; LUZ, I. C. P. Perfil, condição e formação docente no Pará. *In*: MAUÉS, O. C.; CAMARGO, A.; OLIVEIRA, D.A.; VIEIRA, L. F. O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

IBGE. Dados populacionais 2016. Disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa\\_dou.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm)

GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2012.

JACOB, V. L. Chaves. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MARTINS, L. M. O legado do século XX para a formação de professores. *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. Apoio técnico Ana Carolina Galvão Marsiglia. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, A. M.; NICOLINO, A. da S.; INÁCIO, H. L. de D.; FIGUEIREDO, V. M. C. de. A formação profissional em Educação Física e o processo político social. *Revista Pensar a Prática*. v. 12, n.02, s/p, 2009. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fe>